



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Milena de Oliveira Santos, Universidade Estadual de Campinas, santos.milenacs@gmail.com

Pedro Vaz do Nascimento Almeida, Universidade Estadual de Campinas, p.vnalmeida@gmail.com

Larissa Souza Catalá, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, larissacatala@gmail.com

Ianca Almeida da Silva, Universidade Estadual de Campinas, iancaunicamp@gmail.com

Paula Guimarães, Universidade Estadual de Campinas, paula.guimaraes09@gmail.com

Mudanças no Censo Brasileiro: reflexões sobre os impactos na mensuração das desigualdades e no desenvolvimento das políticas sociais

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir os impactos decorrentes das últimas mudanças nos questionários censitários brasileiros na mensuração das desigualdades que assolam a população, em especial a população negra e a população pobre do país. O censo demográfico brasileiro é uma pesquisa com reconhecida importância e, sendo assim, faz-se necessária a

análise dos impactos em cortes ou modificações de questões principalmente no que diz respeito ao impacto dessas ações na maioria da população brasileira.

Diante do propósito de revelar as continuidades e mudanças da realidade social, o Censo não é estático em si mesmo, suas transformações podem ocorrer a medida da tentativa de melhor captação das características populacionais. Nesse sentido, Oliveira (2003) salienta:

“[...] a história dos levantamentos demográficos brasileiros demonstra que a representação da população, que a partir deles se constrói, longe de ser um “dado”, uma “constante”, se modifica ao longo do tempo. Ou seja, é uma representação que varia e depende de o que, como, porque e por quem é perguntado. Aspectos da população incluídos num inquérito estatístico podem perder ou ganhar força em outros e podem até mesmo deixar de ser investigados” (Oliveira, 2003, p.7)

Visto isso, e considerando a tradição censitária do Brasil, questiona-se: quais seriam os impactos decorrentes das mudanças nos questionários censitários brasileiros entre os anos 2000 e 2021 na mensuração das desigualdades que assolam a população?

O que se propõe é a comparação entre as perguntas presentes no Censo Demográfico brasileiro, desde 2000 até o ano de 2021. A estratégia metodológica utilizada na elaboração deste trabalho se alia ao propósito de um estudo das mudanças, ocorridas nos referidos anos, nos questionários do Censo Demográfico brasileiro, aplicados tanto ao universo quanto a amostra. Assim, pretende-se realizar a análise dos conceitos apresentados nas perguntas diante dos principais impactos metodológicos (CAVENAGHI; ALVES, 2011), evidenciando-se possíveis contribuições, mas também lacunas no que se refere a observar e entender a realidade da sociedade brasileira.

Discussão e Resultados

Diante da complexa atividade que é examinar todos os quesitos dos Censos Demográficos disponíveis referentes a este milênio (2000-2021), decidimos separá-los em categorias de análises. Seriam elas: Informações sobre moradores (incluindo os quesitos de Raça/Cor, Religião, Pessoas com Deficiência e Educação), Características dos domicílios, Nupcialidade e Composição do Domicílio, Fecundidade, Migração Internacional e Interna, Trabalho e Rendimento e Mortalidade.

No que se diz respeito às informações sobre moradores pôde-se perceber uma importante mudança em relação à inserção no questionário do universo sobre a população indígena e, especialmente, quilombola e na amostra inclusão sobre crença, ritual indígena ou religião, ampliando a possibilidade de identificação dessas comunidades. Contudo, há que se ressaltar a diminuição da faixa etária a ser perguntada sobre o registro de nascimento (em 2010 perguntava-se a pessoas abaixo de 10 anos e para 2021 passa-se a questionar apenas pessoas com até cinco anos de idade), o que pode deixar de evidenciar parte dos sub registros de nascimentos e as diferenças regionais em relação ao processo de documentação da população.

Já em relação às características dos domicílios é possível observar modificações negativas bastante significativas. O conceito de aglomerado subnormal, criado em 1991, busca caracterizar, grosso modo, as áreas urbanas com ocupação ilegal e com carências de serviços públicos essenciais. Embora tenha sofrido algumas alterações em sua redação nos Censos 2000 e 2010, a reformulação proposta para 2021 torna explícita a primazia da ilegalidade da ocupação em detrimento da precariedade de infraestrutura urbana, ao tornar aquela característica a única condição obrigatória para classificar os setores censitários como subnormais (IBGE, 1991; 2000; 2011; 2019a).

A caracterização das áreas urbanas com as piores condições habitacionais e de infraestrutura básica torna-se ainda mais comprometida com as seguintes alterações previstas para o Censo 2021: a retirada absoluta da variável sobre as formas de recebimento de energia elétrica no domicílio, que havia sido incorporada de forma detalhada no Censo 2010, e a exclusão da variável sobre a condição de uso e posse do domicílio do questionário do universo, mantendo-a apenas no questionário da amostra. Ambas as variáveis estavam entre as três variáveis que mais discriminavam os setores subnormais dos comuns nas nove principais Regiões Metropolitanas (RMs) do país, em 2010 (CATALÁ, 2020).

Outras mudanças previstas, na esfera habitacional, para o Censo 2021, são a exclusão, de ambos os questionários, da variável sobre o valor do aluguel, imprescindível para o cálculo do déficit habitacional pela Fundação João Pinheiro (FJP) e a retirada de importantes bens de consumo (como geladeira, televisão, automóvel e computador) da relação de bens presentes no domicílio, integrante do questionário da amostra (IBGE, 2019b; ROLNIK, 2019).

As questões sobre nupcialidade de forma geral apresentam similaridades nos censos examinados, mas há variações. Analisando os cortes e inserções temos nos censos de 2010 e 2021 a introdução do questionamento do nome do cônjuge ou companheiro(a) para todos, mostrando certo avanço em relação ao censo de 2000. Indo além, no censo de 2021 há a criação de um bloco de perguntas sobre o núcleo familiar, questionando os nomes e a moradia da mãe

ou madrasta no domicílio, assim como do pai ou padrasto. Questões similares a estas já apareciam no censo de 2010, mas tomaram corpo, ganhando um bloco específico apenas no censo de 2021.

Nos censos analisados, não se encontrou quesitos referente a fecundidade nos questionários do universo. Porém, no questionário da amostra temos para esses três anos as seguintes perguntas: a) quantos filhos (as) nascidos vivos teve-se até a data do censo; b) Dos nascidos (as) vivos quantos estavam vivos até a data do censo; c) Este filho (a) estava vivo na data do censo?; d) Quantos filhos (as) mortos teve até a data do censo? Dos quais, a, b e c estão presente nos 3 anos mencionados, e o restante está presente somente nos questionários de 2000 e 2010. A única diferença é que, para pergunta d em 2010 há uma especificação sobre a gestação ser de sete meses ou mais sem nenhum sinal de vida ao nascer, e não se incluem os abortos. Além disso, em 2010 detalha-se o mês e ano que este filho (a) faleceu.

As perguntas sobre mortalidade foram com o passar dos anos distribuídas entre os questionários direcionados ao universo e a amostra, trazendo diferentes complexidades de análise. Nos anos 2000 estas perguntas encontravam-se apenas na amostra, ligadas aos questionamentos sobre fecundidade observando desta forma elementos referentes à mortalidade infantil. Em 2010 foram inseridas na amostra e universo perguntas especificamente direcionadas ao falecimento de algum morador do domicílio, coletando o nome, mês/ano do falecimento, sexo e idade ao falecer. As questões sobre a mortalidade infantil em 2010 permaneceram seguindo o mesmo modelo dos anos 2000, saindo do bloco de “Características do morador”, passando para o bloco de “Fecundidade para a mulher de 10 anos ou mais de idade”, fato que acompanha a crescente importância dada ao tema da fecundidade nos censos. Neste sentido, coletaram-se informações sobre filhos que permaneceram vivos até a data de referência, destacando elementos de falecimento do último filho nascido, caso tenha ocorrido o óbito.

Contudo, no questionário do censo de 2021 observamos a retirada de algumas questões que mensuram à mortalidade infantil e mortalidade geral. O primeiro corte é feito na amostra, sobre as informações do nascimento do último filho, e o possível óbito do mesmo. Este dado pode ser contemplado pelos questionamentos presentes na amostra e universo direcionados ao falecimento de algum membro do domicílio até a data de referência, que inclui idosos e recém-nascidos.

No que diz respeito a maneira de captação das informações de rendimentos no censo demográfico, em 2000, mantiveram-se os procedimentos de classificação observados em 1980 e, com isso, foi conservada a segregação entre rendas geradas no trabalho e rendas adquiridas

em outras fontes. Contudo, o tema rendimento (e mesmo trabalho) não preservou o mesmo nível de desagregação para alguns quesitos quando comparamos com a pesquisa do ano de 2010 (Portugal Jr., 2012). No geral, nos censos dos anos de 2000 e 2010, foram mantidos alguns quesitos bem como aprofundado alguns outros, a despeito da identificação de aluguéis e doações e valores referentes a rendimentos de aluguéis e abonos os quais constam apenas no censo de 2000 (Barbosa, 2014). Ademais, a maneira de captar os dados de trabalho também conservou certa regularidade entre os censos demográficos de 2000 e 2010. As diferenças registradas entre um ano e outro estão nos quesitos referentes ao número de empregados que trabalhavam em determinado negócio, firma, instituição ou entidade, número de horas trabalhadas, identificação do vínculo empregatício (militar ou funcionário público) e disponibilidade de assumir o trabalho na semana de referência (Barbosa, 2014).

Com as alterações e cortes no modo de captar as informações de rendimento e trabalho no censo de 2021, ainda que mantida a segregação entre rendas geradas no trabalho e rendas adquiridas em outras fontes, trarão enormes dificuldades para a qualidade e precisão dos dados que são relevantes para comparabilidade intertemporal ou mesmo para exames socioeconômicos que visam retratar o ano de 2021. Em particular, comparando-se o quesito rendimento no questionário básico dos censos demográficos de 2000 e 2010, de um lado, e 2021, de outro lado, podemos observar a queda de qualidade e imprecisão sobretudo pela pesquisa não captar todos os moradores da casa, mas apenas a pessoa responsável pelo domicílio. Não obstante alguns avanços em algumas áreas no questionário básico e amostral, como a melhor precisão na identificação étnico-racial dos indivíduos entrevistados, a imprecisão e queda qualitativa na forma de captação dos dados socioeconômicos relativos a rendimentos do questionário da amostra serão entraves para a formulação de políticas públicas. Dois dos principais problemas se colocam: primeiro, nos cortes e alteração na forma de captação das fontes dos rendimentos mensais habituais (aluguéis, doação, aposentadoria, programas sociais, etc.), e, segundo, na manutenção dos cortes (entre 2000 e 2021) e outros cortes e alterações na forma de captação (entre 2010 e 2021) referentes ao número de empregados que trabalhavam nesse negócio, firma, instituição ou entidade, ao número de horas trabalhadas, à identificação do vínculo empregatício (militar ou funcionário público), à procura de trabalho e ao rendimento bruto mensal.

Analisando os questionários referentes a amostra no quesito migração para os anos 2000, 2010 e a proposta elaborada para 2021 temos as seguintes perguntas: Se o indivíduo nasceu no município ao qual está respondendo ao questionário do censo e, se mora no mesmo desde que nasceu. Caso não tenha nascido neste município, questiona-se há

quanto tempo mora sem interrupção nessa localidade, e o município-UF ou país de nascimento. Além disso, questiona-se o ano em que fixou residência no Brasil para o caso de estrangeiros e, levantam informações de residência anterior seja para município- UF ou país. O diferencial nesse caso é para 2021, já que, mesmo se a pessoa tivesse nascido no município de aplicação do censo, pergunta-se ao entrevistado se este já morou em outro município do Brasil ou país estrangeiro.

Também são elaboradas perguntas que captam informações referentes ao meio do período, isto é, cinco anos antes de realização do censo. Pergunta-se a pessoa entrevistada se esta residia na zona urbana ou rural do município em questão e, em caso de ser município diferente perguntava-se a cidade, UF e também se tratava-se de zona rural ou urbana. Além disso, somente para o ano de 2010 e 2021 com relação ao meio período censitário, captam informações de residência anterior internacional. Por conseguinte, quanto ao questionário universo nos anos 2000 e 2021 o quesito migração não é incorporado. Somente o ano de 2010 aborda esse quesito no universo, captando informações de emigração internacional. Questiona-se o entrevistado, se alguma pessoa que morava com você está morando em outro país na data do censo. Em caso de resposta afirmativa, coletava-se o nome, sexo, ano de nascimento, ano da última partida para morar em outro país e qual o país de residência que o indivíduo (que habitava conjuntamente a pessoa entrevistada) estava na data de aplicação do censo.

Considerações finais

As temáticas apresentadas pelo Censo Demográfico guardam estreita relação com a questão racial e de classe, tendo-se em vista a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e o caráter estrutural (ALMEIDA, 2019) que essas assumem na construção social. A partir de tais temáticas baseados em evidências censitárias foram feitos robustos trabalhos que esclarecem sobre as condições de vida da população negra e pobre no Brasil. Tais informações estatísticas historicamente direcionam para o entendimento prático e, como corolário, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos negros e pobres na sociedade brasileira. As mudanças nos questionários do Censo 2021 traz alguns avanços, mas também lacunas importantes. As especificidades históricas e territoriais da sociedade e economia brasileiras fazem com que as reduções ou alterações nos questionários venham afetar drasticamente o entendimento sobre uma sociedade tão desigual como a nossa. Outrossim, ainda faltam mais pesquisas brasileiras que atestem de fato que a redução nos questionários acarrete na redução de custos globais da

operação e que contribua para a consistência e precisão das respostas. Assim como os princípios que guiam a pesquisa censitária brasileira, acreditamos que o Censo Demográfico *constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos*. Não podemos perder de vista que as informações estatísticas retiradas ou alteradas podem impedir que avancemos no conhecimento das condições de vida da população negra e pobre na sociedade brasileira. A redução do número de quesitos nos questionários aplicados ao universo e à amostra do Censo 2020 em 26,4% e 25,4%, respectivamente, relativamente ao ano de 2010, assim como sua dispersão a outros registros de informações, poderá refletir drasticamente na qualidade e nas dificuldades enfrentadas na produção de trabalhos e formulação de políticas sociais relacionados à população negra e pobre brasileiras.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BARBOSA, R. G. Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005). Texto para discussão nº 017/2014. ISSN 2177-9015. Centro de Estudos da Metrópole (CEM), 2014.
- CATALÁ, L. O retrato da realidade urbana no país onde “a terra é nó”. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP: 2020.
- CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. E. D. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de población**, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- IBGE. Censo Demográfico 2020: manual do recenseador. Parte 1. Rio de Janeiro, RJ, IBGE, 2019a.
- IBGE. Censo Demográfico 2020: manual do recenseador. Parte 2. Rio de Janeiro, RJ, IBGE, 2019b.
- IBGE. Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf.

IBGE. Manual de delimitação dos setores: Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0210.pdf.

IBGE. Manual de delimitação de setores e zonas de trabalho de 1990. Rio de Janeiro, RJ, 1991.

OLIVEIRA, J. S. de. Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. **Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2003.

PORTUGAL JR., J. G. Padrões de Heterogeneidade Estrutural no Brasil. Tese de Doutoramento. Programa de pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP: 2012.

ROLNIK, R. Desconhecer é a proposta do governo para solucionar crise de moradia. UOL, São Paulo, SP, 29/05/2019. Disponível em:
<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/05/29/desconhecer-e-a-proposta-do-governo-para-solucionar-crise-de-moradia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.